



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

# **CLIPPING**

**20, 21 e 22 de maio de  
2017**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia  <input type="checkbox"/> Outros
DATA 22 / 05 / 2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Detentos derrubam muro e conseguem fugir do Complexo de Pedrinhas

Parte de um muro do Centro de Detenção Provisória (CDP) do Complexo Penitenciário de Pedrinhas foi derrubada, na noite de ontem (21). De acordo com informações preliminares, explosivos foram colocados na base de uma parede situada entre as guaritas 3 e 4, o que provocou a queda da estrutura de alvenaria. A operação teria sido realizada por homens ligados a uma facção criminosa.

De acordo com as primeiras informações, cerca de 26 presidiários conseguiram fugir da penitenciária. O jornalista Diego Emir informou, em seu blog que, além dos que conseguiram fugir, outros foram mortos durante a explosão e na troca de tiros com os policiais militares. Até o fechamento desta edição, havia informações desencontradas sobre o que estava

se passando na área interna das unidades do Complexo de Pedrinhas. Cerca de 26 detentos teriam sido resgatados por uma facção criminosa. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Sejap) confirmou que, deste total, sete já foram recapturados. Um detento foi morto durante a ação. Até o momento, a polícia não confirmou quantas pessoas ajudaram na ação.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Urbano (X) Geral ( ) Polícia
(X) O Imparcial	( ) A tarde	
(X) Pequeno	( ) Correio de Notícias	
( ) Debate	( ) O quarto poder	( ) Outros
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA	21/05/2017 Página 2	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

# MPE: 50 anos de autonomia

Sessão solene prestou homenagem aos 50 anos de autonomia do Ministério Público, que tem como missão principal defender não só os direitos do cidadão, como fiscalizar o cumprimento da lei

**O**s 50 anos de autonomia institucional do Ministério Público do Maranhão foram celebrados em sessão solene, na última quarta-feira (17), na Assembleia Legislativa. A homenagem foi proposta pelo deputado Eduardo Braide (PMN) e contou com a participação de parlamentares, do procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, servidores e ex-membros do Ministério Público e autoridades.

A sessão foi presidida pelo presidente em exercício da Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), que chamou para compor a mesa o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho; o desembargador Jamil Godeon; o defensor público-geral, Werther de Moraes; o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Marco José; a procuradora Eliomar Figueiredo; o promotor de Justiça, Carlos Augusto Soares; e o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Francisco Barros. "É uma sessão especial para homenagear e reconhecer a importância do Ministério Público, no sentido de defender os interesses da sociedade, como um agente de fiscalização, assim como o Poder Legislativo. Está de parabéns o



Homenagem foi proposta pelo deputado Eduardo Braide (PMN)

Ministério Público, que está comemorando durante toda esta semana a sua emancipação e, também, o deputado Eduardo Braide, autor do requerimento da sessão especial", destacou Othelino Neto.

O cinquentenário do Ministério Público celebra a aprovação da Constituição Estadual, em 15 de maio de 1967, que deu à instituição autonomia administrativa e orçamentária. O deputado Eduardo Braide ressaltou que o Ministério Público só tem sentido de existir se tiver autonomia, independência e coragem para lutar em prol das demandas da sociedade. "Um Ministério Públi-

É uma sessão especial para homenagear e reconhecer a importância do Ministério Público, no sentido de defender os interesses da sociedade, como um agente de fiscalização, assim como o Poder Legislativo

Othelino Neto, presidente em exercício da Assembleia Legislativa

co que há 50 anos garantiu a sua autonomia e conseguiu ser um órgão firme, autônomo e defendendo não só os direitos, como fiscalizando o cumprimento da lei", completou.

O deputado Wellington do Curso (PP) também saudou a instituição e frisou sua importância. "Chamo atenção para importância do Ministério Público, da vigilância e da atuação institucional, principalmente na fiscalização da gestão dos recursos públicos", afirmou.

O deputado Edilázio Júnior (PP) destacou o caráter atuante, independente e forte do órgão. "Não podia me faltar de para-

benizar a atuação do Público. Sinto-me honrado a oportunidade de anos de um Ministério atuante, independente. Enquanto alguns li sofrem desgaste, o Ministério sempre sai por cima. Participaram a homenagem os deputados do Pindaré (PSB) e Proco Antônio (PCdoB).

As deputadas de Justiça apresentadas Heleny falou do prazer em poder participar da homenagem pelos 50 anos, na qual se dedica 30 anos. "O Ministério parte da minha vida. 1 anos quando recebi o cargo que, naquele tempo, era uma honra pública. Eu o cargo com emoção e certo orgulho de minha carreira", disse.

O procurador-geral Luiz Gonzaga Coelho a homenagem do Poder. "Estamos honrados com esta homenagem. São 50 anos de conquista para comemorarmos todos os membros do Ministério do Maranhão de maneira feliz e parabéns", disse.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 22/05/2017 Página 2		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Contra o abate clandestino

Durante a ação por uma força tarefa realizada em dois abatedouros clandestinos do bairro João Paulo, 32 animais foram apreendidos, e duas pessoas presas e autuadas em flagrante

A Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa), o Ministério Público Estadual (MPE) e governo do estado, via Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged-MA) e Polícia Civil, deflagram, na noite da última sexta-feira (19), as ações de fiscalização da Operação "Carne Legal", que faz parte da campanha "Abate clandestino é crime". Com a ação, a prefeitura e os outros órgãos parceiros visam promover a prevenção, controle e erradicação das doenças por intermédio da intensificação do cadastramento e fiscalização do trânsito de animais, de estabelecimentos de abate, criatório e venda, consolidando a ação de Defesa Sanitária no Município de São Luís.

O titular da Semapa, Ivaldo Rodrigues, que acompanhou a operação, disse que a fiscalização será firme e rigorosa. "A ação de inspecionar os estabelecimentos é uma prerrogativa da gestão do prefeito Edivaldo, para garantir à população produtos com garantia de procedência em suas mesas. No abate e na comercialização de qualquer carne na capital, seja ela de origem bovina, suína ou bubalina, deve acontecer a inspeção sanitária, esse controle é feito através do Serviço de Inspeção Sanitária Municipal, que acompanha diariamente os trabalhos realizados nos quatro abatedouros legalizados pelo Município, onde os produtos passam por inspeção desde o início do processo", disse Ivaldo Rodrigues.

Na ação realizada em dois



Prefeitura de São Luís, governo do Maranhão e Ministério Público deflagram Operação Carne Legal

## Abate clandestino é crime

O abate clandestino de animais representa riscos ao consumidor, pela ingestão de alimentos de qualidade sanitária suspeita, além de gerar a contaminação do meio ambiente. A carne pode ser considerada clandestina quando não é realizada a fiscalização pelo serviço de inspeção sanitária e quando há sonegação fiscal. O fornecimento de carne não inspecionada prejudica o controle de zoonoses e a segurança alimentar, além de causar uma série de doenças como toxoplasmose, teníase, cisticercose, brucelose e tuberculose.

Para a promotora de Justiça e Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcanti, a realização des-

com a saúde pública. "É necessário cumprir a legislação, implementar ações preventivas e de fiscalização nas esferas federais, estaduais e municipais. O abate clandestino é crime e deve ser tratado como tal. Esse trabalho leva o consumidor a querer conhecer o procedimento do alimento e da garantia da origem legal desse produto", disse a promotora.

O coordenador de inspeção animal da Aged-MA, Hugo Napoleão Filho, destacou que o serviço de Inspeção Sanitária realizado no Maranhão, é feito por profissionais capacitados. "Todos que trabalham em nosso Estado pela segurança alimentar da população, estão empenhados em ga-

## AÇÃO

A ação da campanha alcançará estabelecimentos que funcionam fora das normas sanitárias. Estes, após identificados, receberão notificação e serão interditados. As feiras, mercados e centros comerciais terão prazos para regularização da comercialização das carnes, que deverão ser vendidas com certificação sanitária. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, pela Lei 8.137, a comercialização de produtos impróprios para consumo é crime, com pena de detenção de até cinco anos. Pelo Código de Posturas do Município, a Lei nº 1.790, de 12 de maio de 1968, do artigo 95 ao 98, fica proibida a criação de animais para produção em zona urbana. A notificação não anula

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia  <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>VIDA</i>
<b>DATA</b> <i>22</i> / 05 / 2017 <b>Página</b> <i>8</i>		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Lagoa recebe 'Blitz da Limpeza'

No Complexo da Lagoa, foram realizados serviços de manutenção corretiva, capina, retirada de entulhos, reparos na calçada e na pista de caminhada

O Projeto Blitz do Turismo já começou as suas atividades neste fim de semana na Lagoa da Jansen. O projeto foi lançado na última sexta-feira (19) pelo governador Flávio Dino e pelo secretário da Cultura e Turismo, Diego Galdino, e consiste em intervenções de limpeza e reparos de manutenção nos principais pontos turísticos do estado.

Somente na Lagoa da Jansen, serão 205m<sup>2</sup> atingidos pelo projeto com a realização de serviço de manutenção corretiva, capina, retirada de entulhos, reparos na calçada e na pista de caminhada. Nesta primeira etapa do projeto também estão previstos serviços no Aterro do Bacanga, Espigão Costeiro, Fonte das Pedras, Praça Nauró Machado e Fonte do Ribeirão.

O secretário destacou que a ação fortalece o turismo, trazendo benefícios para toda a população. "Assim como as demais áreas que serão impactadas pela Blitz do Turismo, a Lagoa da Jansen é um espaço que merece ser frequentado por turistas e também pela nossa comunidade. Todos saímos ganhando com um espaço mais limpo e organizado". Moradora da área, a vendedora Luana Frazão comemora a iniciativa e garante que, conservada, a Lagoa será mais frequentada. "Moro por aqui e sempre venho, mas acho que muita gente deixa de vir porque fica sujo, com o mato grande. Mais conservada vai ser mais frequentada sim", pontuou. A previsão é que a ação na Lagoa tenha duração de sete dias. O segundo ponto a receber a Blitz do Turismo é o aterro do Bacanga e em seguida as demais áreas planejadas.



Projeto de limpeza e conservação abrangerá os 205m<sup>2</sup> da Lagoa, que é considerada um cartão-postal



Assim como as demais áreas que serão impactadas pela Blitz do Turismo, a Lagoa da Jansen é um espaço que merece ser frequentado por turistas e também pela nossa comunidade. Todos saímos ganhando com um espaço mais limpo e organizado.

**Diego Galdino,**  
secretário da Cultura e Turismo

## Geração de emprego

Além do caráter do fortalecimento do turismo, a Blitz da Limpeza é também uma medida anticíclica de geração de emprego em meio à grave crise nacional. "Ao contrário do que o país vem vivendo, hoje tivemos a oportunidade de colocar 30 pais e mães de famílias empregados", enfatizou o secretário Diego Galdino. Um dos 30 contratados para integrar a equipe da Blitz, Luis Carlos, de 29 anos, estava desempregado há quase um ano, e classificou como oportunidade na hora certa o novo emprego. "Estava espalhando meu currículo nos lugares sem nenhum resultado. Essa oportunidade aqui foi muito bem vinda, com certeza", comemorou.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correo de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 22 / 05 / 2017	Página 9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Prefeitura, Governo e MP deflagram operação Carne Legal em SL

A Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa), o Ministério Público Estadual (MPE) e Governo do Estado, via Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged-MA) e Polícia Civil, deflagram na noite da última sexta-feira (19) as ações de fiscalização da operação "Carne Legal" que faz parte da campanha "Abate clandestino é crime". Com a ação a Prefeitura e os outros órgãos

parceiros visam promover a prevenção, controle e erradicação das doenças por intermédio da intensificação do cadastramento e fiscalização do trânsito de animais, de estabelecimentos de abate, criatório e venda, consolidando a ação de Defesa Sanitária no Município de São Luís. O titular da Semapa, Ivaldo Rodrigues, que acompanhou a operação, disse que a fiscalização será firme e rigorosa. "A ação de inspecionar os estabelecimentos é uma prerrogativa da gestão do prefeito Edivaldo,

para garantir à população produtos com garantia de procedência em suas mesas. No abate e na comercialização de qualquer carne na capital, seja ela de origem bovina, suína ou bubalina, deve acontecer a inspeção sanitária, esse controle é feito através do Serviço de Inspeção Sanitária Municipal, que acompanha diariamente os trabalhos realizados nos quatro abatedouros legalizados pelo Município, onde os produtos passam por inspeção desde o início do processo", disse Ivaldo Rodrigues.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 20 / 05 / 2017	Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Atestado de sanidade mental

Justiça determina que Lucas Porto seja avaliado por peritos psiquiatras do Hospital Nina Rodrigues. O pedido é da defesa, com base no Artigo 49 do Código de Processo Penal

O juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Junior, determinou que o acusado Lucas Leite Ribeiro Porto seja submetido a exame de avaliação mental, a ser realizado por peritos psiquiatras do Hospital Nina Rodrigues. A decisão resultou de pedido dos advogados da defesa, durante audiência de instrução, realizada na quinta-feira (18), no salão de julgamento do 4º Tribunal do Júri, que colheu o depoimento da última testemunha que restava ser ouvida no processo. Foram expedidas cartas precatórias para ouvir outras duas testemunhas.

A defesa de Lucas Porto instruiu o pedido de laudo psiquiátrico com base no Artigo 49 do Código de Processo Penal, que diz que “quando houver dúvidas sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará (...) seja este submetido a exame médico-legal”. O promotor de justiça Gilberto Câmara França Júnior reconheceu o direito do acusado de ser submetido a este procedimento e se mani-



**O promotor Gilberto Câmara foi quem reconheceu o direito do acusado de ser submetido a este procedimento**

festou pelo acolhimento.

## Quesitos

Ao instaurar o incidente de insanidade mental, o magistrado formulou alguns quesitos para a avaliação psiquiátrica: 1 – O acusado era, ao tempo do crime, doente mental ou portador de desenvolvimento mental incompleto ou retardado? 2 – Em caso positivo, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento? O incidente de insanidade mental deixa suspensa a ação penal até a conclusão do laudo médico, sem prejuízo do cumprimento das cartas precatórias, já expedidas e as diligências no procedimento de quebra de sigilo de dados telefônicos.

Lucas Leite Ribeiro Porto é

acusado de estuprar e matar, por asfixia, Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, cunhada dele. Conforme a denúncia, os crimes ocorreram no dia 13 de novembro de 2016, entre as 15h14 e 15h54, no apartamento da vítima, no Edifício Garvey Park, bairro do Turu. O acusado foi incurso pelo Ministério Público nos artigos 121, Parágrafo 2º, III, IV, V e VI c/c artigo 69 e 213, caput, todos do CPB.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 20 / 05 / 2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

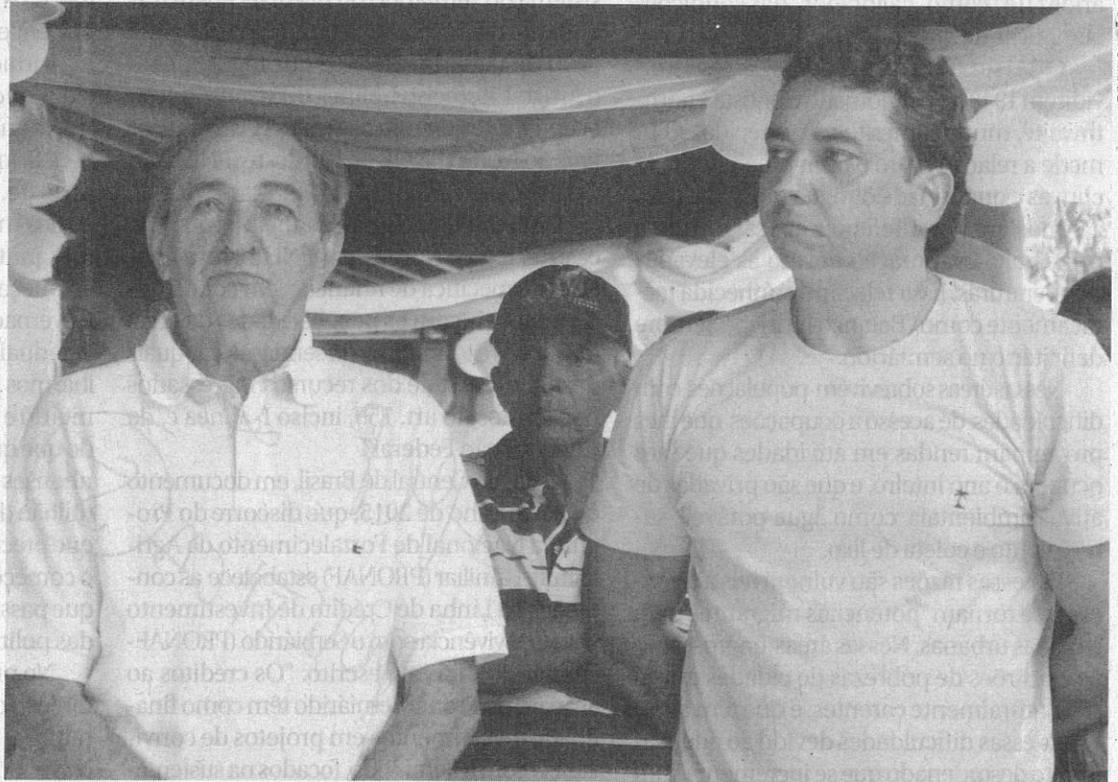
# Gestões de irregularidades de pai para filho

Parece estar no DNA da família Dominici se envolver com irregularidades. Quando não é o filho Eduardo Dominici, é o pai João Cândido Dominici quem se vê enrolado com a Justiça. E a prefeitura da pequena cidade de São João Batista, a 281km de São Luís, se tornou a segunda casa da família. E é de lá que surgem diversas denúncias. O pai, João Cândido Dominici, é o atual prefeito do município. O filho, por sua vez, já ocupou o mesmo cargo. O detalhe é que ambos foram parar na Justiça por suas respectivas administrações.

Eduardo Dominici foi prefeito entre 2004 e 2008. Sua gestão na Prefeitura de São João Batista foi marcada pelas despesas impróprias custeadas pela própria prefeitura. O caso foi tão grave que o ex-prefeito foi condenado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) a devolver mais de R\$ 9 milhões aos cofres públicos.

Mas este não foi o primeiro problema da família. Em 2005, João Cândido Dominici estava envolvido no escândalo da que ficou conhecido como "Estradas Fantasmas". Na verdade, ele foi acusado de ser o líder do esquema. À época, mais de R\$ 20 milhões foram desviados dos cofres do governo do estado. O esquema consistia no pagamento pela construção de estradas que não foram feitas. Muitas vezes, os projetos previam ligação entre povoados que sequer existiam.

A condenação dos envolvidos no esquema das "Estradas Fantasmas" saiu apenas em 2013. João Cândido Dominici



DIVULGAÇÃO

## Ministério Público pediu afastamento do prefeito João Dominici e do ex-secretário, seu filho, Eduardo Dominici

e outras doze pessoas, foram condenada por peculato, formação de quadrilha e fraude. Apesar de ter sido apontado como líder do esquema, Dominici concorreu e venceu as eleições de 2016 e assumiu a Prefeitura de São João Batista oito anos após a saída do filho Eduardo do cargo.

Marca da administração de Eduardo Dominici, as irregularidades na prefeitura daquela cidade continuam mesmo sendo João Cândido Dominici o atual prefeito. É algo que demonstra que os problemas passaram de filho para pai, como realmente estivessem no DNA da família. Tanto que o Ministério Público do Maranhão ajuizou

nove ações civis públicas por ato de improbidade administrativa e pediu o afastamento do atual prefeito e de outros agentes públicos.

### Coincidência

Seria coincidência que um destes agentes públicos afastados de suas funções seja justamente o filho do prefeito João Cândido Dominici? Na atual gestão, Eduardo Dominici foi secretário de Administração. Os outros envolvidos são: os secretários José Augusto Costa Prazeres (Transportes) e Mauro Jorge Saraiva Pereira (Saúde); os membros da Comissão Permanente de Licitação, Sebastião Ricardo

França Ferreira, Carlos Alberto Fonseca Bastos e Luciane Almeida Pinheiro; e o procurador do município, Afonso Celson Pinheiro Filho.

Entre as irregularidades encontradas nas licitações, estão a ausência de publicidade e o não fornecimento dos editais aos interessados. Conforme as ações civis, os pedidos de afastamento dos agentes públicos dos cargos ocorreram em razão da omissão injustificada na apresentação de todos os procedimentos licitatórios requisitados pelo Ministério Público, o que prejudica as investigações e autoriza o pedido de afastamento nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

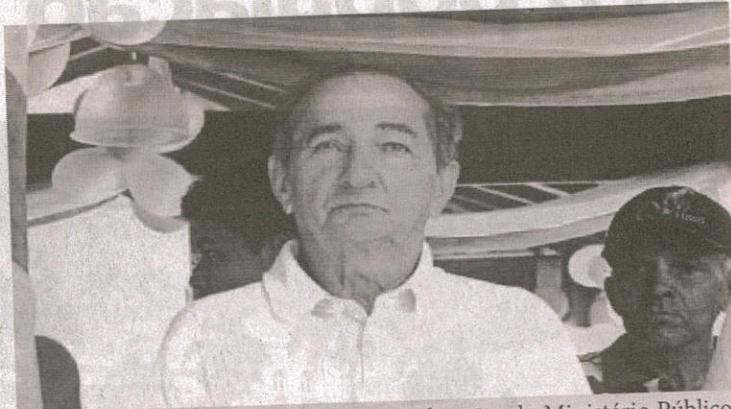
VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia  <input checked="" type="checkbox"/> Outros <b>ESTADO</b>
DATA <b>20 / 05 / 2017</b> Página <b>6</b>		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# MP pede afastamento de prefeito por irregularidades em licitações

Divulgação

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, na segunda-feira (15), nove ações civis públicas por ato de improbidade administrativa, com pedido de afastamento de agentes públicos do Município de São João Batista, incluindo o prefeito João Cândido Dominici. Eles estão sendo acionados por irregularidades em processos licitatórios.

Também foram pedidos os afastamentos dos secretários José Augusto Costa Prazeres (Transportes), Mauro Jorge Saraiva Pereira (Saúde) e Eduardo Dominici (ex-secretário de Administração), dos membros da Comissão Permanente de Licitação Sebastião Ricardo França Ferreira, Carlos Alberto Fonseca Bastos e Luciane Almeida Pinheiro e do procurador do município, Afonso Celson Pinheiro Filho. As ações foram assinadas conjuntamente pelos promotores de justiça Felipe Rotondo, titular da Promotoria de São João Batista, Francisco de Assis Silva Filho (de Cururupu) e Ariano Tércio Silva de Aguiar (Cedral), respectivamente, coordenador e secretário do Núcleo Regional de Atuação Especializada da Probidade Administrativa e Combate à Corrupção (Naepac) da Região Pré-Amazônica e Baixada Maranhense. Segundo o promotor Felipe Rotondo, a investigação se iniciou com a instauração do



Prefeito João Dominici volta a ser alvo de ações do Ministério Público

procedimento administrativo nº 02/2017, que teve como objetivo o acompanhamento continuado das licitações no município de São João Batista. "Foram encontradas irregularidades em todos os nove procedimentos licitatórios analisados. Em todos eles há parecer da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça atestando as irregularidades", afirmou o membro do Ministério Público. Entre as irregularidades encontradas nas licitações, estão a ausência de publicidade e o não fornecimento dos editais aos interessados. Conforme as ações civis, os pedidos de afastamento dos agentes públicos dos cargos ocorreram em razão da omissão injustificada na apresentação de todos os procedimentos licitatórios

requisitados pelo Ministério Público, o que prejudica as investigações e autoriza o pedido de afastamento nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

## PENALIDADES

Entre as penalidades que os agentes públicos envolvidos poderão ser enquadrados, estão o ressarcimento integral do dano; perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos; pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	CADERNO 2
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 05 / 2017	Página	1
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## MPF cobra segurança e restauração das fontes das Pedras e do Ribeirão

A partir de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA), a Justiça Federal determinou, liminarmente, que a Prefeitura de São Luís adote providências diante do estado de abandono das Fontes das Pedras e do Ribeirão. Os dois monumentos históricos, em área de tombamento federal, continuam sujeitos a atos de vandalismo, sujeira e depredação, além da ocupação irregular.

Na primeira decisão, ainda em 2014, foi estabelecido o prazo de 30 dias para que a prefeitura iniciasse o controle do uso das Fontes, por meio da implementação de vigilância, para evitar ocupação irregular, e fizesse a relocação das pessoas que já se encontram no local, resguardando a sua integridade física e psicológica. Na época, o grande problema verificado foi o abandono da fonte. Sem vigilância, o local era depredado e virou local para habitação dos moradores de ruas, além da presença de usuários de drogas. Foram realizadas reuniões com a Prefeitura de São Luís, que não cumpriu o acordado.

Na decisão judicial, também foi determinado o serviço de limpeza dos espaços de forma continuada e, no prazo de 6 meses, a realização de obras urgentes de conservação e

reparo das fontes, conforme projeto e cronograma a serem apresentados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sob pena de multa diária, em caso de descumprimento, fixada em R\$ 5 mil. Após o descumprimento da decisão, em outubro do ano passado, quando a multa já atingia o valor de R\$ 3.175.000, a Prefeitura foi novamente intimada a comprovar, em 3 meses, a adoção das providências, que caso não sejam executadas, acarretarão em multa de caráter pessoal para o prefeito de São Luís, no valor de R\$ 1 mil.

Em manifestação sobre a decisão, o Município alegou que a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (Fumph) não dispõe de recursos financeiros e diz ter realizado intervenções em 2012, ano anterior à propositura da ação, o que confirma o descumprimento da decisão.

Dois meses após a intimação, foi constatado que de fato houve a apresentação de projeto relativo à intervenção, mas a Prefeitura aguardaria a abertura do sistema financeiro de 2017. Quanto à execução dos serviços, ainda não há vigilância e limpeza nos locais. Ainda não há notícias sobre o início das obras e a Prefeitura continua sujeita à multa imposta.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 20/05/2017	Página 9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Serviço realizado pela Caema danifica asfalto na Rua da Paz

Companhia garantiu que na tarde deste sábado irá fazer as correções

G. Ferreira

LUCIENE VIEIRA

Um serviço da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), na Rua da Paz, uma das principais e mais movimentadas vias do centro de São Luís, deixou a via com buracos em seis pontos – em um trecho compreendido entre a Igreja de São João e a Academia Maranhense de Letras (AML). De acordo com os comerciantes, motoristas, guardadores de carros e pedestres, as aberturas não estão causando prejuízos para quem passa ou trabalha na rua; além de afetar os veículos que trafegam pela via.

Conforme apuração do Jornal Pequeno, a Rua da Paz foi completamente recapeada no mês de agosto do ano passado, por meio do Programa Mais Asfalto, uma parceria entre o governo do Estado e a Prefeitura de São Luís. E, pouco mais de dois meses para completar ano que os serviços foram realizados, a nova camada asfáltica foi danificada pelo serviço da Caema iniciado no final de semana, conforme populares ouvidos pela reportagem.

Raimunda de Oliveira Pires trabalha em um estabelecimento comercial em frente a um dos buracos, segundo ela, por uma obra de encanamento que fez a ligação de água para algumas lojas. “Eles estão fazendo os serviços desde o fim de semana, para trazer água a algumas lojas,



Em frente à loja da Losango, o asfalto foi ‘rasgado’ quase que de um lado ao outro da rua

que estariam com o problema no abastecimento. Porém, não fizeram logo o reparo os trechos da rua que foram quebrados”, informou Raimunda.

Segundo um guardador de carro, os donos dos veículos estão insatisfeitos com as irregularidades na pista.

“Os clientes não desejam estacionar sobre a camada asfáltica removida, ou sobre buracos que foram entupidos com paralelepípedos, quando na verdade o serviço de recapeamento exige outro

tratamento”, disse o guardador de carro, que preferiu não se identificar, mas afirmou trabalhar na rua há quase quatro anos. “Por que a Caema não conserta logo isso?”, questionou em tom de lamentação o motorista Diego Aragão, que tinha ido levar sua mãe às lojas de tecido da Rua da Paz, na manhã de ontem (19). Os buracos deixados pelo serviço da Caema estão localizados em frente à loja da Losango, onde parte da camada asfáltica foi arrancada de um lado ao outro da rua; em frente às lojas Abreu

Tecidos e J. Tecidos, à Elétrica Vitória, à Gold Mix Chaves, e na lateral da Junta Comercial do Maranhão (Jucema). Por meio de nota, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) informou que, na tarde deste sábado, será reposta a base em paralelepípedo. Porém, não foram só os paralelepípedos que foram arrancados, mas também parte da camada asfáltica. E o que as pessoas disseram querer de volta é o asfalto que havia na Rua da Paz.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 20 / 05 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Assaltante foragido da Justiça é baleado no Monte Castelo

*Populares disseram que os tiros foram efetuados por uma policial militar*

Um assaltante foi baleado, no bairro do Monte Castelo, na capital maranhense, nas primeiras horas da tarde desta sexta-feira (19), pouco depois das 13h30. Identificado como Leandro Lima Farias, de 28 anos, ele teria cometido assaltos consecutivos na Avenida Getúlio Vargas, quando uma mulher, supostamente uma policial militar, reagiu e o atingiu na perna direita do criminoso, impedindo a continuidade dos roubos.

A guarnição do 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM) que esteve no local disse que, após ser

alvejado pela mulher, o criminoso foi conduzido ao Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão 1), onde foi submetido a uma cirurgia simples. Em seguida, ele foi apresentado pela equipe policial ao prédio da Polícia Interestadual (Polinter), pois, como descobriram, contra o assaltante havia um mandado de prisão preventiva expedido. O mandado de prisão, como informaram os militares, concernia ao crime de roubo. Leandro também já tinha diversos antecedentes criminais por lesão corporal, violência doméstica e outros delitos. (NELSON MELO)



Após ser baleado, Leandro foi levado ao Socorrão 1 e, em seguida, à Polinter

Divulgação/PC



Mayron Sadine é apontado como autor de homicídio ocorrido em 2014

## Procurado por homicídio e preso pela Seic na Praça Deodoro

Em mais uma operação realizada pela Polícia Civil, a partir de diligências feitas pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), ocorreu a localização de Mayron Sadine dos Santos, de 27 anos. Conhecido como "Tico", ele estava, na manhã de ontem (19), na Praça Deodoro, na região central de São Luís. Segundo os investigadores, o

criminoso era foragido pelo crime de homicídio. Chefe da Seic, delegado Tiago Bardal disse que Mayron era procurado por conta de um mandado de prisão preventiva expedido pela 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca da capital. O documento se refere a um assassinato ocorrido em 2014, que teve como vítima José de Ribamar Ferreira Pernambuco. (NM)

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Outros
<b>DATA</b> 20 / 05 / 2017 <b>Página</b> 8		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Mulher é assassinada a tiros pelo ex-marido



O corpo de Andressa de Oliveira no local do crime. No detalhe ela em vida

Andressa de Oliveira Araújo 22 anos, foi assassinada na manhã de ontem (19) na casa em que morava, no município de Imperatriz. O principal suspeito do crime é o ex-marido da vítima, identificado como Adriano Alves de Oliveira, 25 anos.

De acordo com informações policiais, o homem teria ido à casa da vítima no início da manhã, com a desculpa de ver os filhos. Ao entrar, o homem teria efetuado dois disparos, que não acertaram Andressa. A vítima então correu, sendo

surpreendida com dois tiros na região do peito.

Com a mãe dos seus filhos no chão, Adriano efetuou os últimos disparos, acertando o rosto da vítima.

Segundo familiares, o casal já estava separado há pelo menos dois me-

ses. E que a vítima já tinha registrado um Boletim de Ocorrência pelas ameaças que rebebia do ex-marido.

Até o momento, Adriano Alves continua foragido. A polícia de Imperatriz, já iniciou as buscas para prender o suspeito.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<b>DATA</b> 30 / 05 / 2017 <b>Página</b> 2		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Moradores protestam na Santa Efigênia



**Acidentes são frequentes no local, já que alguns dos buracos estão encobertos pela água**

A avenida principal da Santa Efigênia foi interditada, na manhã de ontem (19) por moradores. Segundo informações da própria população, os buracos no local são recorrentes, o que atrapalha o tráfego dos veículos e pedestres.

A buraqueira tem mais de um mês, os moradores colocaram entulhos por conta própria para retardar o problema. Como foi apurado, o descaso é generalizado, pois há vários pontos da avenida que estão esburacados. Quando chove a lama é jogada para dentro do estabelecimento, e a diminuição das vendas já é sentida pelos donos de lojas no local. "Isso é um desrespeito", como afirma Thalia Rodrigues, funcionária de uma empresa.

Além de atrapalhar o fluxo de veículos, as ambulâncias que utilizam a via que dá acesso ao

Hospital Municipal de Urgência e Emergência Clementino Moura (Socorrão II), se veem impossibilitadas de trafegarem.

Acidentes são frequentes no local, já que alguns dos buracos estão encobertos pela água. "Um casal caiu de moto, outro dia. O buraco é tão profundo, que a moto que eles utilizavam, com o impacto, caiu sobre eles", afirma Igor Tchaikosfsky, morador da Santa Efigênia.

O problema persiste há mais de mais de cinco meses. "A prefeitura coloca uma caçamba com areia, põem asfalto, e na primeira chuva, tudo vai embora", descreve Vanderley Peralta, morador.

O protesto fechou a avenida nos sentidos dos bairros Tropical, Cidade Operária e Santa Efigênia. A prefeitura ainda não deu um posicionamento sobre o caso.

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 20/11 / 05 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Abandono: estado de conservação da Lagoa da Jansen é péssimo

Lixeiras quebradas e grama alta são algumas das situações que contribuem para afugentar frequentadores; problemas já persistem há bastante tempo



Fotos/Flora Dolores

Lixeira destruída na Lagoa da Jansen; outras estão em situação semelhante; mato está alto; tampa da caixa de energia da área desabou

**A** área da Lagoa da Jansen, em São Luís, está abandonada. O espaço, que deveria atrair as pessoas para momentos de lazer e descontração, cumpre o papel inverso e afugenta frequentadores por causa do estado de conservação em que ele se encontra.

O local é uma Área de Proteção Ambiental (APA) e, por essa razão, deveria receber mais atenção do poder público e da sociedade, mas isso não vem acontecendo. Um exemplo está em várias lixeiras que estão quebradas na região.

Os objetos foram destruídos de-

## SAIBA MAIS

O Parque Estadual da Lagoa da Jansen foi instituído pelo Decreto Estadual nº 4.878, de 23 de junho de 1988. A gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa da Jansen está sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) desde 2015, conforme Decreto Estadual nº 28.690, de 14 de novembro de 2012. O decreto promoveu a reclassificação do Parque Ecológico da Lagoa para a categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável do tipo Área de Proteção Ambiental.

pois da ação de vândalos que agem na região. Na manhã de sexta-feira, dia 19, O Estado encontrou algumas lixeiras quebradas e, segundo rela-

tos dos frequentadores da área, o problema já persiste há muito tempo.

Outro problema da lagoa é a grama alta em vários trechos, situação

que contribui para esconder pontos de lixo, que se acumulam no espaço. Soma-se a isso ainda uma caixa com fiação elétrica em que os fios estão expostos, favorecendo a ocorrência de choques elétricos.

O Governo do Estado foi procurado em busca de um posicionamento sobre os problemas da Lagoa da Jansen, mas até o fechamento desta edição nenhuma resposta foi obtida.

A APA da Lagoa da Jansen tem a finalidade de garantir a conservação de fragmento florestal em ambiente urbano e suas características ecológicas. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 01 / 05 / 2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Governador Flávio Dino dialoga com membros do Ministério Público nacional

Handson Chagas

O governador Flávio Dino recebeu a visita dos diretores de Escolas e Centros de Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP) e da Escola Nacional do Ministério Público (Enamp), na manhã de sexta-feira (19), no Palácio dos Leões. Na ocasião, o governo do Estado assinou um termo de cooperação com o Ministério Público para integração e aperfeiçoamento de recursos humanos. Além disso, o governador foi homenageado pelo órgão por sua atuação que contribui para o fortalecimento da instituição no Maranhão. O Maranhão tem se notabilizado pelo espírito de entendimento entre as instituições, demonstrados mais uma vez pelo acordo de cooperação técnica que celebraram a Procuradoria Geral de Justiça, a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), o governo do Estado e a Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA). O termo tem por objetivo a mútua cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, bem como o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, com a finalidade de integração institucional e aperfeiçoamento



Durante a cerimônia, o governador Flávio Dino assinou termo de cooperação com o Ministério Público

técnico de recursos humanos, com ênfase na pesquisa jurídica e realização de atividades acadêmicas, notadamente fóruns, eventos, conferências, seminários, encontros, debates e palestras de interesses comuns entre a ESMP e PGE/MA.

O governador Flávio Dino ressaltou que é importante dialogar com diretores de Escolas e Centros de Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil e da Escola

Nacional do Ministério Público, pois é importante “valorizar o conceito de aprimoramento, aperfeiçoamento permanentes como essenciais para a vida”

## HOMENAGEM

Durante o encontro, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Coelho Martins, por ocasião do cinquentenário de criação da Procuradoria-Geral de Justiça, homenageou o governador Flávio Dino por sua atuação institucional, contribuindo para

o fortalecimento do Ministério Público Maranhense, na promoção da cidadania.

Além de um diploma, o procurador-geral de Justiça entregou ao governador Flávio Dino um dos cinco exemplares do selo comemorativo dos 50 anos da instituição. “Essas homenagens são pelo relacionamento respeitoso, harmonioso e independente que o governador tem com o Ministério Público”, pontuou Luiz Gonzaga.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <b>OPINIÃO</b>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <b>21</b> / 05 / 2017	Página <b>3</b>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

### AÇÕES CONTRA PREFEITO

O promotor de Justiça Felipe Rotondo, de São João Batista acionou a Justiça contra o prefeito, secretários e membros da Comissão Permanente de Licitação, por considerar que houve erros em nove licitações realizadas pela Prefeitura. O Ministério Público considera que o fato, embora não tenha havido, segundo fontes credenciadas, a concretização de nenhuma compra, é suficiente para solicitar o afastamento do prefeito e auxiliares direta ou indiretamente ligados ao processo licitatório.

### NOS HOSPITAIS

Igualmente, nos hospitais municipais há falta de medicamentos e de material para curativos urgentes. Médicos e enfermeiros já não sabem o que dizer aos pacientes. Em casos mais urgentes, não tem jeito: abrem o jogo e orientam o doente a comprar o material ou o medicamento prescrito, para ser realizado um simples curativo.

4

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 05 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# São Luís cai 23 posições em ranking mundial de violência

O mais recente ranking sobre violência nas maiores cidades do mundo mostra que São Luís melhorou significativamente, pelo segundo ano seguidô, o desempenho na Segurança Pública. De acordo com o levantamento da ONG Conselho Cidadão para a Segurança Pública, a capital maranhense caiu 23 posições entre 2014 e 2016 no ranking.

Em 2014, São Luís chegou a ser a 10ª cidade mais violenta do mundo, segundo o ranking. No primeiro ano da gestão Flávio Dino, a capital maranhense já tinha baixado para a 21ª posição. E em 2016, caiu mais ainda, chegando à 33ª posição, mostrando que há uma tendência progressiva de queda.

Outros levantamentos também mostram que a capital maranhense está progressivamente

mais segura. Entre 2014 e 2016, por exemplo, o índice de homicídios por cada 100 mil habitantes caiu 25% na Grande São Luís. No último ano da gestão Roseana Sarney, o índice era de 65,9 mortes a cada 100 mil habitantes da Grande Ilha. No ano passado, este número caiu para 49,6.

Considerando os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) – que incluem outros tipos de crimes, como o latrocínio – houve uma queda igualmente expressiva, de 26%. Em 2014, o índice na Grande São Luís era de 71,5 por 100 mil habitantes e caiu para 53,2 no ano passado.

Os índices mais recentes também reforçam essa tendência. O número de homicídios na Grande São Luís caiu 29% no primeiro quadrimestre

de 2017 na comparação com o mesmo período de 2014.

Os crimes contra a vida caíram de 302 nos primeiros quatro meses de 2014 para 212 este ano, o que representa que 90 foram vidas salvas.

## PACTO PELA PAZ

Os números acompanham o reforço no investimento da segurança no Maranhão. Desde 2015, o Governo do Maranhão vem nomeando mais de 2,5 mil novos policiais. Hoje o estado tem o maior efetivo policial da história, com mais de 12 mil profissionais.

Em pouco mais de dois anos, foram entregues mais de 570 viaturas, e a meta é chegar a 700 até o fim do ano.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
<b>DATA</b> 21 / 05 / 2017	<b>Página</b> 7	<input type="checkbox"/> Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

## MALUCO BELEZA

# Assassino de sobrinha de José Sarney será avaliado por médicos de louco

Justiça determinou que Lucas Porto, assassino confesso da publicitária Mariana Costa, sobrinha-neta de Sarney, seja submetido a exame de avaliação mental realizado por peritos psiquiatras do Hospital Nina Rodrigues em São Luís. A decisão atende pedido da defesa durante a segunda audiência de instrução do caso, realizada na quinta-feira (18).

Mariana Costa foi morta depois de ser estuprada, em seu apartamento pelo próprio cunhado, Lucas Porto, em novembro de 2016.

A defesa de Lucas Porto instruiu o pedido de laudo psiquiátrico com base no Artigo 49 do Código de Processo Penal, que diz que "quando houver dúvidas sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará (...) seja este submetido a exame médico-legal".

O promotor de justiça Gil-



**Lucas Porto é réu confesso e agora, seus advogados de defesa sugerem que ele é maluco**

berto Câmara França Júnior reconheceu o direito do acusado de ser submetido a este procedimento e se manifestou pelo acolhimento.

O juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Riba-

mar Goulart Junior formulou alguns quesitos para a avaliação psiquiátrica como se o acusado era, ao tempo do crime, doente mental ou portador de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

Caso a resposta seja positiva, o magistrado orienta questionar se era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	21 / 05 / 2017	Página 2
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Placas de obras mostram que prazos estipulados não são cumpridos

Situação acontece com mais frequência do que se percebe e muitas vezes as datas terminam esquecidas, por força de dificuldades encontradas ao longo da obra ou por abandono do projeto; em São Luís, há diversos exemplos

ROCK DEAN  
Da equipe de O Estado

Esparlhadas pela cidade, placas de obras públicas enchem a população com a expectativa de que finalmente um problema será resolvido, mas elas também podem representar a dificuldade do poder público para concluí-las, a lentidão na execução dos serviços, o não cumprimento de promessas e até mesmo o abandono do projeto. Em São Luís, há diversos exemplos de placas, ou de obras, que podem se enquadrar nessas classificações.

Um exemplo é a obra da primeira etapa de duplicação de 26,3 quilômetros da BR-135, entre Estiva e Bacabeira. A placa fixada no início do Campo de Perizes in-

forma as datas de início (31/8/2012) e de conclusão dos trabalhos (20/8/2013), mas o prazo inicial já está vencido há quase dois anos. Um dos principais entraves da obra, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), foi o fato de a rodovia ter 18 quilômetros situados em solo mole (Campo de Perizes), o que exigiu uma solução até então nunca feita em rodovias.

Somente a colocação das colunas de brita neste trecho durou aproximadamente dois anos. Além da fixação das colunas, outra parte importante da obra foi a retirada dos trilhos da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN). Em 2015, problemas de recursos financeiros paralisaram a obra, sendo retomadas em 2016.



Agora, de acordo com o Dnit, os trabalhos encontram-se na fase de pavimentação e, após o final do período chuvoso, serão intensifi-

cados os serviços de pavimentação e conclusão da viaduto na cidade de Bacabeira. Caso não haja mais intercorrências, a obra será

entregue em dezembro de 2017. Ela é aguardada com ansiedade pelos condutores que trafegam pela rodovia, porque melhorará o tráfego de caminhão, diminuirá os congestionamentos e aumentará a segurança na BR.

Ainda no perímetro urbano da rodovia, outra obra cujos prazos foram prorrogados é a da substituição de toda a tubulação da Adutora de Água Tratada do Sistema Itaipu. A placa no local não informa as datas de início e término dos trabalhos, apenas o prazo de execução: 369 dias, quase um ano. A atual vazão da adutora é de 1,8 metro cúbico por segundo, e com as intervenções que estão sendo realizadas a estrutura passará a ter capacidade de 2,1 metros cúbicos por segundo. Aumento de 30%,

melhorando o abastecimento água para São Luís.

Em novembro de 2012, foi dada ordem de serviço para o início das obras de substituição de 10,5 quilômetros da adutora, com a conclusão prevista por setembro de 2013, mas, por sua complexidade e troca de gestão, ainda não foi concluída. Os prazos foram sendo estipulados pela Companhia de Meio Ambiente do Maranhão, e a obra será entregue no decorrer deste ano. Segundo a empresa, em alguns trechos da obra o prazo extra para ser concluído por causa da complexidade da obra, que é extensa.

Continua em Cidades 2



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEICULO		EDITORIA	
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política	( ) Cidades / Urbano
(X) O Imparcial	( ) A tarde	(X) Outros	( ) Geral
( ) Pequeno	( ) Correio de Notícias		( ) Polícia
( ) Debate	( ) O quarto poder		
( ) Extra	( ) Internet / Blog		
DATA	2 / 05 / 2017	Página	2
		( ) Gerada	( ) Espontânea
		( ) Positiva	( ) Negativa

## 50 anos da PGJ: a sessão solene no Legislativo

DEBATE JURÍDICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Em sessão solene da Câmara Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia 2 de maio de 2017, no auditório da Assembleia Legislativa, foi comemorado o aniversário de 50 anos da criação do Ministério Público do Estado do Maranhão (MP/MA).

A sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Dr. José Carlos de Fátima, e contou com a presença de todos os membros do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo. O evento foi aberto pelo Sr. José Carlos de Fátima, que fez um discurso destacando a importância do Ministério Público para a sociedade maranhense.

Em seguida, o Sr. José Carlos de Fátima fez um discurso destacando a importância do Ministério Público para a sociedade maranhense. Ele mencionou a criação do MP/MA em 1967 e a sua evolução ao longo dos anos, destacando o papel fundamental do órgão na defesa dos direitos e interesses da população.

Após o discurso, foi realizada a leitura do discurso do Sr. José Carlos de Fátima, seguido da leitura do discurso do Sr. José Carlos de Fátima. O evento terminou com a execução do Hino Nacional e o Hino do Estado do Maranhão.



A sessão solene foi marcada por um clima de respeito e seriedade. Os participantes ouviram atentamente os discursos e participaram ativamente das discussões. O evento reforçou o compromisso do Ministério Público com a defesa da justiça e da cidadania.

O Ministério Público do Estado do Maranhão é uma instituição essencial para a democracia. Ele atua em defesa dos direitos individuais e coletivos, promovendo a justiça e a transparência na administração pública.

Com 50 anos de existência, o MP/MA consolidou sua atuação e se tornou uma instituição respeitada e eficaz. O aniversário é uma oportunidade para refletirmos sobre o papel do órgão e nos comprometermos com a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

O Ministério Público do Estado do Maranhão é uma instituição essencial para a democracia. Ele atua em defesa dos direitos individuais e coletivos, promovendo a justiça e a transparência na administração pública.

Com 50 anos de existência, o MP/MA consolidou sua atuação e se tornou uma instituição respeitada e eficaz. O aniversário é uma oportunidade para refletirmos sobre o papel do órgão e nos comprometermos com a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

O Ministério Público do Estado do Maranhão é uma instituição essencial para a democracia. Ele atua em defesa dos direitos individuais e coletivos, promovendo a justiça e a transparência na administração pública.

Com 50 anos de existência, o MP/MA consolidou sua atuação e se tornou uma instituição respeitada e eficaz. O aniversário é uma oportunidade para refletirmos sobre o papel do órgão e nos comprometermos com a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

### Éis que, por uma coincidência de calendário, o mês de maio representa um marco para a definição institucional tanto do Legislativo, quanto do Parquet. Em 3 de maio comemorou-se o Dia do Parlamento, alusão à criação do Poder Legislativo no Brasil, com a instalação da primeira Assembleia Constituinte, em 1823.

Se, em 3 de maio de 1823, foi criada a primeira Assembleia Constituinte, em 3 de maio de 1967, foi criado o Ministério Público do Estado do Maranhão. Ambos os eventos marcaram momentos fundamentais na história da democracia brasileira.

A criação do Ministério Público do Estado do Maranhão em 1967 foi um marco fundamental na história da democracia brasileira. O órgão foi criado para atuar em defesa dos direitos e interesses da população, promovendo a justiça e a transparência na administração pública.

Em 3 de maio de 1967, foi criada a primeira Assembleia Constituinte, um evento que marcou o início da redação da Constituição de 1988. Este momento histórico foi fundamental para a consolidação da democracia brasileira.

O Ministério Público do Estado do Maranhão é uma instituição essencial para a democracia. Ele atua em defesa dos direitos individuais e coletivos, promovendo a justiça e a transparência na administração pública.

Com 50 anos de existência, o MP/MA consolidou sua atuação e se tornou uma instituição respeitada e eficaz. O aniversário é uma oportunidade para refletirmos sobre o papel do órgão e nos comprometermos com a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

O Ministério Público do Estado do Maranhão é uma instituição essencial para a democracia. Ele atua em defesa dos direitos individuais e coletivos, promovendo a justiça e a transparência na administração pública.

Com 50 anos de existência, o MP/MA consolidou sua atuação e se tornou uma instituição respeitada e eficaz. O aniversário é uma oportunidade para refletirmos sobre o papel do órgão e nos comprometermos com a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.